

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### A INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA IRREVERSIBILIDADE DENTRO DA ESFERA AMBIENTAL SOBRE A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL – TUTELAS PROVISÓRIAS

#### Autor(res)

Felipe De Almeida Campos  
Gustavo Reis Do Espírito Santo  
Maycon Cristian Teixeira Da Cruz  
Ivone Alves De Sousa Santos  
Ricardo Lucio De Souza Gonçalves  
Stace Liz Carneiro

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

FACULDADE PITÁGORAS DE VENDA NOVA

#### Introdução

O critério da irreversibilidade dentro do conceito de tutelas provisórias se determina como algo que não possa ser desfeito, ou seja, irreversível após a tomada da ação sobre o bem tutelado. Sendo assim, tal aspecto é de suma relevância para a esfera ambiental, que vem constantemente sofrendo com os atos impiedosos da humanidade. Este resumo busca mostrar de forma clara e simples como tal critério supracitado, não deveria ser utilizado quando o resultado da ação em questão provocar danos à natureza. Dessa forma, utilizando como base fatos recentes e o estudo do código de processo civil, chegamos à conclusão de que o critério da irreversibilidade jamais deve ser aplicado quando em desfavor da natureza.

#### Objetivo

Busca-se abordar as tutelas provisórias, tento em seu caráter de urgência, sempre tendo como prioridade a preservação ambiental, que inclusive é descrita como um direito constitucional segundo o Artigo 225 da CF88. Dessa forma, pretende-se mostrar que a afirmação feita acima se mantem independentemente do tipo de processo.

#### Material e Métodos

Primeiramente, tomamos como base o Artigo 225 da CF88 supracitado, que garante a proteção do meio ambiente. Em seguida, passamos a contemplar o caso em questão, levando em consideração as tutelas provisórias. Elas são decisões proferidas antes da sentença. São chamadas de provisórias pois são concedidas no curso do processo e podem ser revogadas ou modificadas a qualquer tempo. A decisão somente se tornará definitiva na sentença, decisão que põe fim ao processo.

A pesquisa, possui, portanto, análise bibliográfica.

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### Resultados e Discussão

Devido às recentes discussões acerca da corrida de Stock Car a ser realizada no entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão), o tema da irreversibilidade ganhou grande destaque para os estudiosos do Direito, tendo em vista a tutela provisória de caráter urgencial/antecipada, concedida aos organizadores do evento para a retirada das árvores para o empreendimento. Este tema abrange o Direito Ambiental, o Direito Constitucional e o Processo Civil em si, já que estamos levando em conta o meio ambiente e as tutelas processuais. Dessa forma, vamos mostrar o motivo do porquê o critério da irreversibilidade não pode ser utilizado como fundamentação para processos em desfavor do meio ambiente. Dessa forma, pretendemos mostrar que a afirmação feita acima se mantém independentemente do tipo de processo, já que a proteção do meio ambiente deve sempre ser tomada como prioridade, já que provocar danos ao mesmo gera um resultado irreversível, independente de compensação posterior.

### Conclusão

Desta forma, evidenciamos que o princípio da irreversibilidade deve ser aplicado APENAS enquanto ferramenta de proteção ao meio ambiente, e não como ferramenta asseguradora de lucros que, em tese, superam a necessidade de manter o meio ambiente protegido. Sendo utilizado como forma a se proteger o ecossistema, independente do resultado final do processo, o ambiente foi protegido e, por meio do processo, caso a decisão de alterar o meio ambiente seja concedida, a mesma será feita seguindo a lei.

### Referências

Enciclopédia Jurídica da PUC-SP, Junho de 2018: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/191/edicao-1/tutela-evidencia#:~:text=311%20do%20CPC%20prevê%20a%20concessão%20de%20tutela%20de%20evidência,capaz%20de%20gerar%20dúvida%20razoável>".

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 23/06/2022: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/novo-codigo-de-processo-civil/da-tutela-provisoria-de-urgencia-de-natureza-antecipada#:~:text=A%20tutela%20provisória%20de%20urgência,ao%20resultado%20útil%20do%20processo>

Ementa do Caso Stock Car: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sp/519180992>